06/01/2023

Número: 5002025-83.2023.8.13.0024

Classe: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Órgão julgador: Vara Plantonista de Belo Horizonte

Última distribuição : 06/01/2023 Valor da causa: R\$ 1.212,00 Assuntos: Abuso de Poder Segredo de justiça? NÃO Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes	Advogados
ESDRAS JONATAS DOS SANTOS (IMPETRANTE)	
	PAULO HENRIQUE CARVALHO MEIRA PASSOS
	(ADVOGADO)
Prefeitura de Belo Horizonte. (IMPETRADO(A))	

Documentos			
ld.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9693026405	06/01/2023 21:09	Decisão	Decisão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / Vara Plantonista de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5002025-83.2023.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Abuso de Poder]

IMPETRANTE: ESDRAS JONATAS DOS SANTOS

IMPETRADO(A): Prefeitura de Belo Horizonte.

Decisão

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Esdras Jonatas dos Santos em face de ato praticado pelo Secretário Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte/MG, no qual se requer, em sede de liminar e ao final, a garantia do direito de manifestação, liberdade de expressão e propriedade na Av. Raja Gabáglia, bem como a devolução do

material apreendido.

Para tanto, o Impetrante relatou que estava acampado na Avenida Raja



Gabáglia, em frente a sede da $4^{\rm a}$ Região Militar, na Região Centro-Sul

de Belo Horizonte, para manifestar de maneira pacífica e ordeira, nos

moldes estabelecidos na Constituição Federal e nos Tratados

Internacionais; que o acampamento começou a ser desmoronado pela Guarda

Municipal de Belo Horizonte, com a destruição de bens de manifestantes

sem nenhum aviso prévio, de forma completamente agressiva e truculenta.

Fundamentou seu direito alegando violação aos princípios

constitucionais e democráticos da legalidade e da liberdade de

expressão, previstos no art. 5º da Constituição Federal. Esclareceu os

requisitos para a concessão da medida liminar. Deu-se à causa 1.212,00

(mil, duzentos e doze reais). Pugnou pelos benefícios da Justiça

Gratuita.

É o breve relatório. Decido.

De início, altere-se o impetrado para Secretário Municipal de Segurança

e Prevenção de Belo Horizonte/MG, conforme consta na petição inicial.

Por outro lado, recebo este mandamus apenas em relação ao Impetrante

Esdras Jonatas dos Santos, já que, de acordo com o art. $21~da~Lei~n^{\circ}$

12.016/2.009, ele não é legitimado ativo para requerer o mandado de segurança coletivo:

"Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por

partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de

seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade

partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou

associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1

(um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de

parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e

desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto,

autorização especial".

Prosseguindo, o artigo 1º, da Lei 12.016/2.009, dispõe que se concederá

mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que,

ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa venha a sofrer

violação por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam

quais forem as funções que exerçam.

O ato de autoridade, na hipótese, é o fato dela impedir a manifestação

na Avenida Raja Gabáglia, em frente a sede da 4ª Região Militar, na

Região Centro-Sul de Belo Horizonte, mediante desmoronamento do

acampamento e destruição de bens do participante.

A ilegalidade ou a abusividade desse ato estaria consubstanciada na

violação ao direito de liberdade de expressão e de reunião, por se

tratar de manifestação pacífica e ordeira, sem atrapalhar o direito de

ir e vir dos transeuntes e motoristas que transitam na região.

Nesse contexto e devido ao conturbado momento atual, somado à eventual

repercussão desta decisão, começo a análise da questão através de uma

minuciosa análise do ordenamento legal.

Com isso, temos que os direitos à liberdade de expressão e à reunião

possuem proteção constitucional pétrea, com limites, conforme consta

nos incisos IV, XVIe XVII do art. 5º e art. 220 e § 2º da Constituição

Federal de 1.988:

"IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos

ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem

outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas

Número do documento: 2301062109222700009689119674 https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010621092227000009689119674 Assinado eletronicamente por: WAUNER BATISTA FERREIRA MACHADO - 06/01/2023 21:09:22 exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;"

"Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

(…)

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística."

Na sequência, temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III), em 10 de dezembro 1948, da qual o Brasil é signatário:

"Art. 18 Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular."

"Art. 19: Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras."

"Art. 20: Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas."

No mesmo sentido está a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, promulgada pelo Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1.992:



"Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão.

Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir

informações e idéias de toda natureza, sem consideração de fronteiras,

verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por

qualquer outro processo de sua escolha.

2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar

sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem

ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar:

a. o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou

b. a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da

moral públicas.

3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios

indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de

papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e

aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros

meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e

opiniões.

4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o

objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da

infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.

5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda

apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à

discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência."



Por último temos o disposto no art. 1º da Lei n.º Lei 5.250/1.967:

"é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a

difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência

de censura, respondendo cada um, nos têrmos da lei, pelos abusos que

cometer.

§ 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão

da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe."

Portanto, é de uma nitidez solar que a é livre a manifestação do pensamento, em

local público, de forma coletiva, sem restrições e censura prévia, respeitadas as

vedações previstas, sob a responsabilidade dos indivíduos pelo excesso, é intocável.

Por outro lado, conforme dispõem os incisos I e VIII do art. 30 da Constituição Federal

de 1.988, compete ao Município de Belo Horizonte:

"I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)



Número do documento: 2301062109222700009689119674 https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010621092227000009689119674 Assinado eletronicamente por: WAUNER BATISTA FERREIRA MACHADO - 06/01/2023 21:09:22 VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;"

Diante disso e à mingua de legislação específica, recorro-me, analogicamente à Lei Municipal n.º 10.277, de 27 de setembro de 2.011, que dispõe sobre realização de atividades artísticas e culturais em praça pública do Município e dá outras providências, além do Decreto n.º 14.589, da mesma data:

"LEI N° 10.277, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre realização de atividades artísticas e culturais em praça pública do Município e dá outras providências.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A realização de atividades artísticas e culturais em praça pública do Município independerá de prévia comunicação ou autorização de órgão público municipal desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - não haja utilização de som mecânico ou montagem de palco;

II - a atividade tenha encerramento até as 22:00h (vinte e duas horas);

III - a concentração de artistas e de público no local da atividade não

Num. 9693026405 - Pág. 8



obstrua a circulação de pedestres ou veículos.

Art. 2° - VETADO

I - VETADO

II - VETADO

§ 1° - VETADO

§ 2° - VETADO

I - VETADO

II - VETADO

III - VETADO

IV - VETADO

V - VETADO

VI - VETADO

§ 3° - VETADO

I - VETADO

II - VETADO

III - VETADO

IV - VETADO

Art. 3° - VETADO



Art. 4° - VETADO

Art. 5º - A atividade realizada em praça do Município não poderá ser

cercada e será gratuita.

Art. 6º - Serão consideradas atividades artísticas e culturais, para

fins desta Lei, todas as manifestações, shows, performances, saraus e

recitais, nas mais diferentes linguagens, como teatro, dança, circo,

mímica, música, artes visuais e plásticas, literatura e poesia.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2011

Marcio Araujo de Lacerda

Prefeito de Belo Horizonte

(Originária do Projeto de Lei nº 1.287/10, de autoria do Vereador

Arnaldo Godoy)"

Е

"DECRETO N° 14.589, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a apresentação e manifestação artística e cultural de

Artistas de Rua em logradouros públicos do Município de Belo Horizonte,



regulamenta a Lei nº 10.277/11 e dá outras providências.

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais,

em especial a que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica

do Município, tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.616, de 14 de

julho de 2003 e nº 10.277, de 27 de setembro de 2011, e considerando a

necessidade de definição de regras e critérios objetivos pelo Poder

Público Municipal, visando a preservar a livre expressão das atividades

artísticas e culturais nas vias e logradouros públicos, bem como

assegurar o bem-estar da população, decreta:

Art. 1º - As apresentações e manifestações artísticas e culturais de

artistas de rua em vias, parques e praças públicas são permitidas,

independente de licenciamento ou autorização, observado o disposto neste

Decreto.

Parágrafo único - Entende-se como atividade realizada em praça, para

efeito do disposto no art. 5º da Lei nº 10.277/11, aquela que se

enquadre no art. 1º da referida Lei.

Art. 2º - As apresentações e manifestações artísticas e culturais de que

trata este Decreto abrangem qualquer tipo de artes cênicas, artes

circenses, lutas de exibição, artes plásticas, apresentação de música,

poesia, literatura e teatro.

Art. 3º - Os artistas de rua deverão permanecer de forma transitória nas



vias, parques e praças públicas, vedada qualquer forma de reserva de

espaço para uso exclusivo, devendo tal utilização limitar-se

exclusivamente ao período de execução da apresentação ou manifestação.

Parágrafo único - As apresentações ou manifestações artísticas e

culturais não poderão ultrapassar o período de 4 horas e devem ser

concluídas até as 22:00 (vinte e duas horas).

Art. 4º - As apresentações e manifestações artísticas e culturais

realizadas no logradouro público deverão respeitar a livre circulação de

pedestres e o tráfego de veículos, bem como preservar os bens

particulares e de uso comum do povo.

Parágrafo único - Na hipótese de utilização do passeio, é vedada ao

artista de rua a instalação de carrinho, banca, mesa ou qualquer outro

equipamento que ocupe espaço no logradouro público.

Art. 5° - É vedada a utilização de equipamentos ou objetos que coloquem

em risco o cidadão.

Art. 6º - As apresentações e manifestações artísticas e culturais serão

gratuitas.

Parágrafo único - É permitido ao artista de rua, durante ou após a

apresentação ou manifestação, aceitar contribuições pecuniárias de

espectadores, desde que feitas de forma espontânea.

Art. 7° - O descumprimento ao disposto neste Decreto ensejará a

suspensão da apresentação, bem como a apreensão dos equipamentos e materiais utilizados.

Art. 8° - A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, em conjunto com a

Secretaria de Administração Regional Municipal competente e a Fundação

de Parques Municipais poderão estabelecer normas complementares para a

fiel execução deste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2011

Marcio Araujo de Lacerda

Prefeito de Belo Horizonte"

Com efeito, os princípios e direitos, aparentemente conflitantes, não o são, eis que perfeitamente conciliáveis, notadamente em respeito às normas previstas, bastando que o impetrante se subsuma às regras municipais, acima descritas e se responsabilize pelas consequências de suas manifestações.

É nisso que vislumbro o direito líquido e certo do impetrante, limitado pelo direito da população, representada pelo Município de Belo Horizonte.



A ilegalidade e o excesso do ato do impetrado está em negar ao

impetrante a conciliação do seu direito com o da sociedade.

Quanto ao risco de ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, vejo-o nas

gravíssimas consequências geradas à segurança jurídica dos cidadãos e à idoneidade da

Administração Pública, ao se infringir um claro Direito Constitucional Pétreo.

Portanto, a medida liminar se impõe, na forma do inciso III do art. 7º

da Lei n.º 12.016/2.009.

Posto isso, suspendo o ato do impetrado que impede o impetrante de se

manifestar, na conformidade dos fundamentos expostos, e que apreendeu os

seus pertences, e, a contrario sensu, o imponho ao impetrado,

inclusive para a devolução imediata dos bens, sob pena de pagamento de

multa diária e incidência no crime de desobediência.

Intime-se o Impetrado pelo meio mais célere, para o que cumpra foi

determinado.

Na mesma oportunidade, notifique-o para que, no prazo de até dez dias

úteis, preste as informações que entender necessárias (inciso I do art.

7° da Lei n.º 12.016/2.009).

Intime-se, por fim, o impetrante para que no prazo de até 5 (cinco)

dias úteis, anexe aos autos a Declaração de Imposto de Renda Pessoa

Física, completa, (inclusive de bens), Exercício 2.022, ano-base 2.021,

sob pena de comprovação do pagamento de custas inicias e revogação da

medida liminar.

Cientifique-se, ainda, o órgão de representação judicial da pessoa

jurídica interessada, para que, querendo, ingresse no feito (inciso II

do art. 7° da Lei n. ° 12.016/2.009).

Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, ao Ministério

Público, por dez dias, em cumprimento à regra disposta no art. 12 da

Lei n. ° 12.016/2.009. Findo este último prazo, também com ou sem

manifestação, ao contador judicial para conta das custas finais e adiantamento pela parte, se for o caso, para depois ser conclusos para sentença (Parágrafo único do art. 12 da Lei nº 12.016/2.009).

Cumpra-se. Intime-se.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

